O MESTRE E A ESCOLA NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

TEACHER AND SCHOOL IN BRAZILIAN COLONIAL TIME

Gilberto Jordão*

RESUMO

O objetivo deste artigo é resgatar e buscar no tempo, as formas e métodos utilizados pelos professores de então, como os provincianos concebiam a educação e quais eram os principais objetivos, em relação à educação. Visa demonstrar também a luta dos verdadeiros professores por uma educação e uma profissão mais dignas.

Palavras-chave: Ensino. Professor. Métodos. Educação. Costumes. Burguesia.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ESCRAVOCRATA E A BURGUESA NA ERA COLONIAL

O Brasil transformou-se, desde a época colonial portuguesa, em uma sociedade dominada por grandes latifundiários.

Essa transformação provocou profundas convulsões, em uma direção flutuante, do ponto de vista econômico e educacional.

Houve, nesse período, o término da aristocracia e o surgimento de novos tipos de agentes econômicos, com a divisão do trabalho em escalas.

Com essas organizações, os grandes produtores rurais, chamados “senhores rurais”, exerciam funções as quais foram insuficientes à área educacional, pois suas metas eram apenas organizar um Estado Nacional.

Ocorreu, então, o grande impulso progressivo no tradicionalismo vinculado aos patriarcas para a verdadeira separação das partes agregadas: política, social, educacional e econômica do sistema colonial.

OS MÉTODOS EDUCACIONAIS APLICADOS PELO SISTEMA COLONIAL NO BRASIL

A partir da chegada dos jesuítas no Brasil, foram formadas escolas e, conseqüentemente, teve início a doutrinação para a leitura, para a

escrita e para o canto. O Pe. Manoel da Nóbrega, em sua primeira carta ao Brasil, afirma que:

o irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia, e também tem escola de ler e escrever. O colégio, contudo, era o grande objetivo, por que com ele preparariam novos missionários (LOPES *et al.*, 2000, p. 43).

As escolas foram construídas para doutrinar os índios, mas os jesuítas passaram a ensinar, além dos indígenas, os filhos dos gentios e dos cristãos.

Não resta dúvida de que o papel dos jesuítas, na colonização do Brasil, ocupou um lugar de destaque, em se tratando de missões cristãs, pois estava embutido nessas missões a função de educador.

São eles, os jesuítas, que formaram na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais. Assim foi na Europa oriental com os frades dos séculos XV e XVI, e assim é hoje ainda entre as populações asiáticas e africanas; antes dos capitais europeus ou norte-americanos aparece o crucifixo dos missionários (PRADO JUNIOR, 1999, p. 25).

* Professor do Departamento de Administração do Instituto de Educação Superior de Sarandi (Unissa), professor do Departamento de Comunicação do Centro de Ensino Superior do Paraná (Cespar) e professor do Departamento de Administração e Mestrando em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul – Fafijan – Jandaia do Sul - Pr – Brasil.

Em um primeiro momento, os padres jesuítas ficaram responsáveis pela alfabetização dos índios e de outros segmentos da sociedade.

O PROFESSOR E A ESCOLA NO PERÍODO COLONIAL

Com o passar dos séculos, o Brasil mostrou, no campo da educação, os ideais trazidos pelos portugueses para instruir os leigos e uma forma de governar a igreja, pois era por seu intermédio que os professores exerciam o processo de laicização (LOPES *et al.*, 2000, p. 97).

O sistema de educação, durante os três séculos posteriores à chegada dos portugueses ao Brasil, permaneceu bastante precário em relação à instrução primária, o conteúdo de ensino era estabelecido por normas burocráticas que as escolas eram obrigadas a seguir. Essa burocracia, estabelecida pela adoção rígida de um método educacional, pela definição de conteúdos de ensino e pela autorização ou proibição de livros.

As famílias esforçavam-se, enviando membros para as escolas. Todavia, que escolas eram essas?

As escolas, no período colonial, estabeleciam-se nas grandes propriedades, pois os padres ensinavam os filhos dos fazendeiros e os filhos dos escravos. Nos centros urbanos, as instruções aos membros das famílias eram repassadas visando ao desempenho de um ofício, ao exercício de determinadas profissões e as instruções serviam também aos proprietários de escravos.

Os responsáveis pelas famílias almejavam que seus filhos estudassem para se tornarem padres. Desta forma, faziam de tudo para que os aprendizes dominassem a leitura e as lições, o mínimo exigido para o ingresso nos colégios de jesuítas. Os conteúdos ministrados nos colégios religiosos eram: filosofia, latim, retórica, francês, inglês, grego, economia e comércio, existente apenas no Rio de Janeiro.

As formas de ensino e aprendizagem começaram a mudar no início do século XIX, pois o Estado começou a controlar a educação formal no sistema educacional primário. Nessa época, foram nomeados 120 professores para a iniciação de uma nova aprendizagem, e Dom João VI enviou à Inglaterra alguns educadores

para estudar um novo método a ser implantado no interior da corporação militar.

Com o passar do tempo, a função do docente mudou radicalmente. Pôde-se perceber a mudança e os novos modelos escolares impostos pela igreja, trazendo consigo um novo corpo de docentes, treinados e orientados pelo poder estatal.

As escolas normais implantadas no século XIX revolucionaram o sistema educacional, afastando o “velho” professor (mestre-escola) por um novo modelo de professor.

As escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX vão, em algumas décadas ceder lugar a profissionais mais formados para a atividade docente (LOPES *et al.*, 2000, p. 101).

A formação das escolas normais foi promulgada pelo ato adicional de 1834. Foram criados os sistemas de ensino de 1º e 2º graus e a formação de professores. Tal decisão foi tomada visando a descentralização administrativa, pois havia uma forte centralização do poder político.

A VISÃO POLÍTICA EDUCACIONAL NA ÉPOCA COLONIAL

No século XVI, os padres jesuítas ensinavam teologia-política por meio de encenação teatral nas escolas. Eram repassados, para as instituições de ensino, os métodos trazidos de Trento, o Concílio de Trento, o qual possibilitou nova dinâmica ao sistema pedagógico e, conseqüentemente, transformou os métodos antigos de ensinar, arcaicos, em uma nova metodologia educacional.

Com as constituições elaboradas no período de 1548 a 1550 para os colégios da Companhia de Jesus, foi determinado que, aos domingos, se ensinassem publicamente as conclusões retóricas e poéticas. Nos colégios dos jesuítas eram ministradas quatro horas/aula por dia: duas pela manhã e duas à tarde, cujos conteúdos incluíam:

Preceitos dos tratados de Cícero (*De oratore*), Quintiliano (*Institutio oratoria*), Aristóteles (*Rhetorica*) e Santo Agostinho (*De doctrina christiana*), juntavam-se, então, novos títulos que sintetizavam essas autoridades para os iniciantes (LOPES *et al.*, p. 26).

Os jesuítas optaram por um humanismo de cultura e formação, opondo-se nitidamente ao humanismo de erudição.

Com tais mecanismos, os professores (padres jesuítas) aplicavam as técnicas mnemônicas, que não se caracterizavam como meros métodos para uma simples mecanização, mas constituíam-se em formas de representação teatral a serem memorizadas.

Nota-se nitidamente que a educação era direcionada pelos burgueses aos burgueses, visto que estes surgiram no Brasil como uma entidade especializada em manipular o comércio, a indústria, os serviços e, conseqüentemente, a educação. Havia interesses nos modelos educacionais da época por parte dos burgueses.

A ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ATÉ 1930

A normatização para o reconhecimento da classe docente teve início somente em 1827, após a Lei Geral de Ensino. A partir desse instante, com a normatização do Estatuto, iniciou-se o processo de reestruturação e hierarquização, da classe dos professores. A ratificação, do corpo docente ocorreu em 1834, com o Ato Adicional, que transferia a responsabilidade da formação dos docentes para as províncias.

Com a criação das escolas normais pelo mesmo Ato, houve uma transformação sociológica. Os professores obrigavam-se a reestruturarem-se e a se preparar profissionalmente para exercerem as atividades de um verdadeiro mestre.

As mudanças sociológicas possibilitaram condições para o surgimento das associações profissionais, no século XIX.

Com a transferência da responsabilidade para as províncias, houve a descentralização administrativa no ensino primário e secundário e

também como a interferência no sistema de formação de professores.

O corpo docente era composto basicamente por professores (homens). Existiam restrições quanto ao fato de meninas se maticularem nas escolas, pois os políticos articulavam-se, menosprezando a capacidade de raciocínio das mulheres. O Visconde de Cayru, em 1827, juntamente com o Marquês de Caravellas, destacavam que as meninas não têm desenvolvimento de raciocínio tão grande como os meninos. Por que então escolarizar as meninas?

O Ato nº 10 da Assembléia Legislativa da Província definiu as disciplinas a serem ministradas: as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; conhecimento de literatura e escrita; noções de geometria; geografia; princípios de moral e cristã e gramática nacional.

A partir de 1859 houve uma nova fase em relação às disciplinas obrigatórias. Novas disciplinas foram implantadas, como caligrafia, pedagogia, noções de geometria, desenho, cosmografia, história do Brasil, música e canto.

Entre 1868 e 1876, profundas mudanças ocorreram nas instituições de ensino, entre elas a eliminação dos castigos corporais impostos pelos professores aos alunos, havendo a substituição do castigo corporal pela “lição de coisas”.

Dessa forma, os professores obrigaram-se a desenvolver novas formas pedagógicas, introduzindo, assim, metodologias didático-pedagógicas e reorganizando o tempo da hora/aula desenvolvida na sala de aula.

A proclamação da República, proporcionou em 1893 nova alteração na grade curricular, sendo introduzidos:

português e literatura portuguesa e nacional; aritmética, álgebra e geometria; geografia e cosmografia, história do Brasil; física, química elementar, elementos de mineralogia; história natural e elementos de higiene; francês; pedagogia e metodologia; instrução moral e cívica; caligrafia, desenho geométrico e de ornato; música; ginástica; e trabalho de agulha e economia doméstica (para o sexo

feminino) (LOPES *et al.*, 2000, p. 112-113).

Tal modelo fora proposto por Benjamin Constant, entre 1890 e 1892.

Em um relatório datado de 8 de setembro de 1870, de José Carlos de Alambary Luz, diretor da Escola Normal de Niterói, endereçada ao diretor da Instrução Pública e também ao Presidente da Província do Rio de Janeiro contém a afirmação:

Enquanto a sorte do aluno da Escola Normal não for ao menos equiparada às condições desses que vão aventurar-se nos exames semestrais para o provimento das cadeiras vagas não creio que possa haver concorrência de bons alunos para a Escola. Aqui exame rigoroso, ali (nos concursos fora da Escola) um exame extremamente fácil; aqui frequência obriga com perda de ano [...], ali o candidato estudando quando, como e com quem quiser; aqui a perda de um exame (esperado), inutilizando todos os exames bem sucedidos, que devem ser repetidos, ali o candidato esperado nomeado professor vencendo ordenado, tempo e obrigado só ao exame em que tem sido esperado (LOPES *et al.*, 2000, p. 122).

Não existia incentivo algum do governo aos professores para a educação na época colonial, havia, sim, uma preocupação deste em controlar os custos despendidos. Tal fato ficou notório quando Couto Ferraz, em 1849, expediu o Regulamento da Instituição Primária e Secundária tecendo críticas às despesas das escolas existentes, pois, em seu entender, havia muito custo para pouco estudante.

No mesmo regulamento foram propostas determinadas normas para a formação do professor, entre elas, algumas de destaques, como o rebaixamento do salário dos professores e a alteração no conteúdo ministrado em sala de aula.

Quanto à formação intelectual e moral do professor houve uma vigilância, ou seja, um

policimento dos professores por meio de um mecanismo rigoroso de inspeção: o inspetor paroquial, denominado “pelego”, que seguia os passos dos professores.

Os inspetores paroquiais controlavam a conduta do professor em sala de aula e em sua vida privada. Esse controle era tão rigoroso, que os professores deviam pedir permissão do presidente da Província inclusive para ir à missa aos domingos.

Com tais exigências, os professores criaram as primeiras associações profissionais, que incentivavam os interesses profissionais dos docentes.

O Estado combateu essas associações, pois elas permitiam autonomia aos professores, o que não agradava o Estado controlador, costume vigorante até hoje.

Com as associações, os professores, na década de 1870, reivindicavam a melhoria do estatuto de ensino, a definição da carreira da classe docente e o reconhecimento da figura do educador, e de sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações expostas, ficou nítido que os professores do período colonial não possuíam os mínimos conhecimentos acerca dos métodos pedagógicos para poder transmitir seus conhecimentos aos alunos. Os padres jesuítas, bem como outros educadores, acreditavam que os africanos e os amarelos (índios) não eram bastante inteligentes quanto os filhos dos burgueses que moravam no Brasil. Havia muita discriminação aos negros e índios, como exemplo os métodos grotescos aplicados pelos professores; castigos doloridos e violentos: chibatadas, palmatórias, amarrar ao tronco quem não aprendesse como os instrutores gostariam etc.

Todavia, houve quem lutasse por uma melhora nas condições arcaicas da época. O Estado sempre se omitia em relação às reivindicações dos verdadeiros educadores, entre os quais destacam-se Benjamim Constant e José Carlos de Alambary Luz.

TEACHER AND SCHOOL IN BRAZILIAN COLONIAL TIME

ABSTRACT

The aim of this paper is to rescue and to search in time the forms and methods used by teachers of Brazilia colonial time. How the province men viewed education and what their main objectives were. It also focuses on teachers' struggle for worthy education and job.

Key words: Teacher. Methods. Education. Bourgeoisie.

REFERÊNCIAS

LOPES, E. M. T. *et al.* **500 Anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Recebido em 20/02/2002

Revisado em 19/03/2002

Aceito em 18/04/2002

Endereço para correspondência: Gilberto Jordão, Rua Mario Clapier Urbinatti, 724, Bloco E, apto. 36. CEP. 87020-260, Maringá, Pr. Brasil. E-mail: jordão@nobel.com.br